PROJETO BÁSICO Nº 005/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DA PRAÇA DO SUAPI NA SEDE DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA-RR

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DA PRAÇA DO SUAPI NA SEDE DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA-RR

1.1 Natureza da Contratação: Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação como serviços de Engenharia, nos termos do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação tem por objeto a execução dos serviços de reforma da Praça do SUAPI, localizada na sede do Município de Pacaraima, visando promover a requalificação do espaço público urbano, proporcionando melhores condições de uso, acessibilidade, segurança e lazer à população.

2.2 A intervenção se faz necessária em razão do atual estado de conservação da praça, que apresenta desgaste natural decorrente do uso contínuo e da exposição às intempéries, comprometendo a funcionalidade dos equipamentos urbanos, a mobilidade dos usuários e a adequada utilização do espaço pela comunidade. Foram identificadas patologias e deficiências em elementos como pavimentação, meio-fio, bancos, iluminação, paisagismo e demais estruturas de apoio, demandando serviços de recuperação e modernização.

2.3 A reforma da Praça do SUAPI contribuirá diretamente para a valorização urbana da região, fortalecimento da convivência comunitária e incentivo à utilização de espaços públicos de forma segura e inclusiva. Além disso, a revitalização do ambiente proporcionará melhorias na qualidade de vida da população, favorecendo atividades recreativas, esportivas, culturais e de integração social.

2.4 O empreendimento também possui relevante interesse público, considerando que a praça constitui importante ponto de encontro e circulação da população local, sendo amplamente utilizada por moradores e visitantes. Dessa forma, a execução dos serviços proporcionará um ambiente mais adequado, funcional e compatível com as necessidades atuais do município.

2.5 Diante do exposto, justifica-se a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma da Praça do SUAPI, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Projeto Básico, observando os princípios da eficiência, economicidade, interesse público e melhoria da infraestrutura urbana municipal.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Os serviços a serem executados deverão obedecer às condições gerais previstas no Estudo Técnico Preliminar, assim como as normas da ABNT pertinentes.

3.2 Resumidamente, os serviços demandados se referem a serviços de engenharia referentes a:

- **Serviços Preliminares:** Execução da instalação de placa de obra, isolamento e fechamento provisório da área por meio de tapumes metálicos, garantindo a organização, segurança e controle do canteiro durante a execução dos serviços.
- **Canteiro de Obras e Administração Local:** Implantação da estrutura provisória de apoio à execução da obra, incluindo áreas operacionais, armazenamento de materiais, instalações de apoio e equipe técnica responsável pela gestão, fiscalização e acompanhamento dos serviços.
- **Retiradas, Demolições e Transporte de Entulhos:** Execução de demolições manuais e mecanizadas de pisos, alvenarias, estruturas de concreto, revestimentos, grades, alambrados e demais elementos existentes, bem como remoção e destinação adequada dos resíduos gerados.
- **Banheiros e Quiosques:** Construção e reforma das edificações de apoio da praça, compreendendo serviços de fundação, estrutura em concreto armado, alvenaria, impermeabilização, revestimentos, pintura, esquadrias, cobertura, forro, pisos, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, além da implantação de itens de acessibilidade e acabamentos complementares.
- **Quadra de Areia:** Execução de movimentação de terra, infraestrutura estrutural, alambrados, iluminação e instalação de equipamentos esportivos destinados à prática de vôlei e demais atividades recreativas em areia.
- **Muretas de pedra:** limpeza a jato de água nas muretas de pedra existentes na praça, e aplicação de resina acrílica para a proteção contra intempéries.
- **Playground:** Implantação de área recreativa infantil com execução de bases de concreto, instalação de brinquedos, piso emborrachado de segurança, alambrado de proteção e portões de acesso.
- **Academia Aberta:** Execução de bases estruturais, pavimentação em piso intertravado e instalação de equipamentos destinados à prática de atividades físicas ao ar livre.
- **Estacionamento e Urbanização:** Execução de pavimentação em piso intertravado, assentamento de meio-fio e adequação das áreas de circulação e estacionamento, proporcionando melhor organização urbana e acessibilidade aos usuários.

3.3 Os serviços a serem executados deverão obedecer às condições gerais previstas neste Projeto Básico, assim como as normas da ABNT pertinentes. Os serviços demandados se referem a serviços de engenharia no que diz respeito à REFORMA DA PRAÇA DO SUAPI NA SEDE DO MUNICÍPIO DE PACARAIMA-RR, que contemplem os serviços da tabela SINAPI 05/2026, SICRO3 - 01/2026 e SBC 06/2026 - não desonerada, atualizada. Importante destacar que a composição analítica desses serviços se encontram disponíveis no site de

domínio público:
< https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_659>.

3.4 As Bonificações e Despesas Indiretas – BDI serão acrescidas ao valor unitário de cada item, conforme o Acórdão n° 2.622/2013 – TCU, de acordo com os documentos anexos, Ficando em 23,30%.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços serão executados no bairro suapi, em Pacaraima-RR (Coordenadas: 4.4899460537312, -61.1338170420719).

5. FUNDAMENTAÇAO LEGAL/CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A licitação será por VALOR GLOBAL, conforme modelos de planilhas orçamentárias disponibilizadas nos anexos deste Edital.

5.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por VALOR GLOBAL, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

5.3 Regime de execução por empreitada por preço global, por preço certo e total, considerando que o projeto, a planilha orçamentária e os demais elementos técnicos permitem a definição suficientemente precisa dos serviços e quantitativos, conforme o art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

6. DAS NORMAS TÉCNICAS

6.1 Os materiais empregados e os serviços executados, de conservação e manutenção, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto deste Projeto Básico, existentes ou que venham a ser editadas.

7. DO VALOR ESTIMADO

7.1 O valor total geral para execução dos serviços, com BDI, é de **R$ 1.484.520,95 (Um milhão quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte reais e noventa e cinco centavos)**.

7.2 A obra possui recurso de Emenda Parlamentar Especial, Plano de Ação: 09032025 076030 / 2025, no valor de **R$ 1.485.000,00** (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais)

8. PROPOSTA DE PREÇOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 PROPOSTA DE PREÇOS

8.1.1 Deverá constar na proposta:

8.1.1.1 Razão social, endereço completo, telefone, e-mail, banco, agência e número da conta bancária da empresa proponente;

8.1.1.2 Especificações de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos;

8.1.1.3 O valor total da proposta para cada item que participar em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso;

8.1.1.4 Planilha de custos e formação de preço, conforme modelo constante no anexo, em meio físico e digital (CD-ROM ou Pendrive), contendo os itens, discriminações, unidades de mediação e quantidades para todos os itens;

8.1.1.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

8.1.1.6 Composições unitárias (inclusive composições auxiliaries), na forma do art. 59 da Lei n° 14.133/21 e Súmula 258/2010 do TCU;

8.1.1.7 Na composição dos preços unitários, o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.1.1.8 Planilha analítica de encargos sociais e planilha analítica de composição do BDI, detalhando todos seus componentes em valores nominais como também na forma percentual;

8.1.1.9 Cronograma físico-financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada;

8.1.1.10 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

8.1.1.11 Os preços unitários e o preço global ofertados deverão observar os critérios de aceitabilidade estabelecidos neste Edital e no Projeto Básico, sendo vedados preços superiores aos valores máximos admitidos pela Administração, nos termos do art. 59, inciso III e §3º, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.1 Qualificação Técnica Operacional

8.2.1.1 Apresentar prova válida (Certidão de Pessoa Jurídica) de registro e regularidade da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU na qual constem todos os seus responsáveis técnicos, com jurisdição sob o domicílio da sede do Licitante.

8.2.1.2 Os Responsáveis Técnicos pela realização dos serviços envolvidos no processo deverão ser no mínimo: um Engenheiro Civil ou profissional equivalente que possa exercer as funções contidas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 junho de 1973, sem restrições nas atividades que compõem o escopo do objeto contratado.

8.2.1.3 A licitante deverá apresentar comprovação de que os responsáveis técnicos indicados pertencem ao quadro técnico da empresa registrado no CREA/CAU, ou apresentar declaração de contratação futura em que conste a assinatura dos profissionais indicados e do representante legal da licitante, para cada profissional, nos termos da Lei.

8.2.1.4 Para fins de qualificação técnico-operacional, a licitante deverá comprovar

que executou, sem restrições, serviços de características semelhantes aos indicados neste Projeto Básico, relativos às parcelas de maior relevância e valor significativo, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, contendo a identificação do objeto, quantitativos, período de execução, local dos serviços e indicação dos responsáveis técnicos.

8.2.1.5 O(s) atestado(s) deverá(ão) estar acompanhado(s), preferencialmente, da respectiva Certidão de Acervo Operacional – CAO, emitida pelo CREA em nome da pessoa jurídica licitante, nos termos da Resolução Confea nº 1.137/2023, especialmente quanto ao acervo operacional da pessoa jurídica e à emissão da CAO.

8.2.1.6 Na ausência de CAO, admitir-se-á, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a apresentação de Certidão de Acervo Técnico-Profissional – CAT vinculada ao mesmo atestado, desde que o atestado esteja emitido em nome da licitante ou identifique expressamente a licitante como empresa contratada/executora dos serviços, e que reste demonstrado o vínculo do profissional responsável técnico com a empresa à época da execução, por meio da respectiva ART, contrato, registro no CREA ou outro documento idôneo.

8.2.1.7 Não serão aceitos atestados desacompanhados de elementos de validação técnica perante o CREA, tais como CAO, CAT vinculada ao atestado, ART correspondente ou documentação equivalente que permita aferir a efetiva execução dos serviços pela pessoa jurídica licitante. Nas certidões deverão ser consideradas para fins de similaridade com natureza do objeto, para comprovação da capacidade técnico - operacional do licitante, na forma do art. 30, II c/c § 2º, da Lei nº 14.133/2021, as seguintes atividades, cumulativamente:

Descrição	Unidade	Qtd.	Qtd. Exigida (40%)
RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS, PARA FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	m²	1.637,08	654,83
CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	31,66	12,66
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	m²	328,18	131,27

8.2.2 – Qualificação Técnico Profissional

8.2.2.1 Indicação do(s) responsável (eis) técnico(s), através de declaração da empresa, onde irá constar no mínimo o(s) nome(s) do profissional (ais) e o(s)

seu(s) número(s) de registro(s) no CREA ou CAU.

8.2.2.2 Prova de registro e de regularidade dos responsáveis técnicos indicados no item, perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

8.2.2.3 Comprovação de que o(s) responsável (eis) técnico(s) faz(em) parte do quadro permanente da empresa licitante, na data da apresentação dos envelopes de habilitação e proposta, na condição de empregado, diretor ou sócio, obrigatoriamente comprovado por meio de documentação pertinente a condição:

A) Sócio ou diretor, através do Contrato Social ou documento equivalente;

B) Empregado, através de cópia da CTPS;

C) Contrato firmado entre a empresa e o empregado, devidamente registrado em cartório.

8.2.2.4 Comprovação de que o profissional prestou, sem restrição, serviço de características semelhantes aos indicados neste Projeto Básico, considerando-se as parcelas de maior relevância e equivalência de 40% em quantitativos. A comprovação será feita por meio de apresentação de Atestados emitidos por entidades públicas ou privadas devidamente registrados no CREA ou CAU, acompanhado do Atestado de Capacidade Técnica e da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pela entidade profissional competente.

8.2.2.5 Para fins de comprovação de capacidade técnica-profissional, deverão ser observados os quantitativos mínimos e atividades abaixo descritas, no formato art. 67, I, da Lei nº 14.133/2021 , cumulativamente:

Descrição	Unidade	Qtd.	Qtd. Exigida (40%)
RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM REAPROVEITAMENTO DOS BLOCOS INTERTRAVADOS, PARA FECHAMENTO DE VALAS - INCLUSO RETIRADA E COLOCAÇÃO DO MATERIAL. AF_12/2020	m²	1.637,08	654,83
CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	31,66	12,66
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	m²	328,18	131,27

8.2.2.6 A(s) CERTIDÃO (ÕES) DE ACERVO TÉCNICO (CAT) emitidas via internet deverão estar impressas na sua totalidade, na íntegra e anexadas à documentação de habilitação.

8.2.2.7 Será(ão) inválida(as) a(as) certidão(es) que não apresentar(em) rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023, do CONFEA.

8.2.2.8 Os atestados e acervos para efeito de qualificação técnica poderão conter um ou mais itens exigidos, admitindo-se, o somatório dos quantitativos.

8.2.2.9 Apresentar Termo de Compromisso (Declaração formal) da licitante de que o(s) responsável (is) técnico(s), detentor (es) da(s) Certidões de Acervo Técnico(s)/Atestados referido(s) no subitem 8.3.2.4; será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra, devidamente assinado conjuntamente pelo representante legal da licitante e pelo(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s).

8.2.2.10 O Termo de Compromisso deverá ser assinado na licitação somente por profissionais detentores dos Acervos Técnicos apresentados para atendimento ao **edital de licitação** e pelo **representante legal da empresa**. Apresentar Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.3 **DA VISTORIA TÉCNICA**

8.3.2 É assegurado ao licitante o direito de realizar vistoria prévia no local de execução da obra, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. (Art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021).

8.3.3 O licitante poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar, mediante **declaração formal** do representante legal da empresa e seu responsável técnico (Art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021), ressaltando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esse fato,citando expressamente que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que sejam avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Municipal de PACARAIMA/RR.

8.3.4 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.3.5 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

8.3.6 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E REAJUSTE DE CONTRATO

9.1 Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder a **12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado elaborado pela**

Administração Pública, por motivos alheios à vontade da **CONTRATADA,** tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse da **CONTRATANTE** ou fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, coluna pertinente ao objeto licitado, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa da **CONTRATADA** e à **CONTRATANTE** se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando a seguinte fórmula:

9.2 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde: R= valor do reajuste procurado; V= valor constante da proposta;

9.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

9.5 Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contadoa partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.7 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1 O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do contrato. Já a o prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados da assinatura da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

10.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

11.1 O objeto do contrato será recebido de forma provisória e definitiva, as quais serão realizados na forma da legislação vigente observadas as demais condições previstas em procedimento interno para o recebimento dos serviços do contrato:

11.2 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

11.3 O Recebimento Provisório só poderá ocorrer se satisfeitas as seguintes condições:

11.4 Realização de todos os ensaios e testes, envolvendo a completude de todos os serviços envolvidos na execução;

11.5 Realização de todas as medições e/ou apropriações referentes a reduções, acréscimos e modificações;

11.6 A fiscalização do Município realizará o levantamento de eventuais pendências executivas a serem satisfeitas pela Contratada.

11.7 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

11.8 O(s) Termo(s) de Recebimento Definitivo do(s) serviço(s) contratado(s) será(ão) lavrado(s), e em 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que satisfeitas as seguintes condições:

11.9 Solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou de fornecedores de materiais, de encargos sociais e tributários concernentes à execução do objeto, ou, ainda, de prestadores de serviços empregados na execução dos serviços;

11.10 Entrega dos seguintes documentos: Comprovante de inexistência de débitos para com o Sistema da Seguridade Social, CREA/CAU e FGTS; Diário da Obra original; e Certidões negativas de que não pesam sobre os serviços quaisquer ações judiciais por prejuízos causados a terceiros.

11.11 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

11.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11.13 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

11.14 Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

11.15 Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado

ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

12. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

As medições serão realizadas pela CONTRATADA por meio do Fiscal de Contratos formalmente designado, conforme Cronograma Físico-Financeiro, devendo ser encaminhadas devidamente datadas e assinadas a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, para aferição e emissão do competente atestado pela fiscalização. Todavia a primeira medição será realizada depois de transcorrido 30 (trinta) dias da expedição da Ordem de Serviço, e a última medição, após a conclusão do serviço ou obra;

12.1 A contratada deverá apresentar medição obrigatoriamente a cada 30 (trinta) dias, caso não haja serviços a medir e a obra não esteja paralisada deverá ser apresentado medição "Zero".

12.2 Entre duas medições não poderá, decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final);

12.3 No caso de prorrogação regular da execução das etapas deverão ser refeito e aprovado o novo Cronograma Físico-Financeiro da Contratada, prevalecendo em real vigente nas novas datas previstas para a execução do objeto contratado;

12.4 No caso de erro na fatura que for apresentada será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, ficando o prazo estipulado "para pagamento de até 30 (trinta) dias" prorrogado até a apresentação da medição corrigida. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura corrigida não acarretando qualquer ônus para o Prefeitura Municipal de PACARAIMA/RR;

12.5 O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal e Trabalhista, devendo ser apresentado juntamente com a Fatura, a Nota Fiscal e o documento comprobatório de regularidade do contribuinte para com o recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social e a outras entidades de fundos arrecadados pela RFB, ou seja, a CND – Certidão Negativa de Débitos – Previdenciários e Trabalhista, em conformidade com o disposto nos artigos 405 e 406 do IN nº 971/09 da Receita Federal do Brasil;

12.6 Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade.

12.7 Ao ser liberada para pagamento a última parcela prevista no cronograma físico- financeiro, o (s) fiscal (is) da obra ou serviços de engenharia, encaminhará ao Secretário Municipal de Obras, o Termo de Recebimento Provisório;

12.8 O pagamento da última parcela da obra ou serviço ficará condicionada à juntada de cópia do Termo de Recebimento Provisório aos respectivos autos do contrato;

12.9 Quaisquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicado à

Prefeitura Municipal de PACARAIMA/RR, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do contratado os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

12.10 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Prefeitura Municipal de PACARAIMA/RR em favor da CONTRATADA; Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;

12.11 O pagamento efetuado pela Prefeitura isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas;

12.12 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.14.1 não produziu os resultados acordados;

12.14.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

12.14.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12.14 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada e verificada a ausência da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

12.15 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

12.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

12.17 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal;

12.18 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse

público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

12.19 Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

12.20 No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.22.1 Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

12.22.2 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

13. MEDIÇÕES

13.1 Somente serão medidos itens efetivamente executados.

As medições referentes aos materiais, cujo fornecimento estiver a cargo do contratado, somente serão efetuados após a aplicação ou assentamento deles.

13.2 Procedimentos para a tramitação das medições dos serviços na fase intermediária: Os serviços serão medidos de acordo com sua execução;

As memórias de medição deverão ser encaminhadas à equipe de fiscalização, por meio digital e físico, em formato de planilha;

13.3 Após a aprovação da medição, a equipe de fiscalização do Município de Pacaraima solicitará a apresentação da nota fiscal correspondente ao contratado.

13.4 A documentação, juntamente com anexos, será encaminhada à área técnica responsável para as providências relativas ao pagamento.

13.5 Toda documentação será enviada ao operador financeiro do órgão repassador, que fará as devidas análises e vistorias para posterior liberação dos recursos;

13.6 Após tal liberação será depositado o pagamento da medição;

13.7 Todas as medições deverão ser entregues, juntamente com os documentos relacionados neste Projeto Básico devidamente carimbados e assinados pelos Engenheiros e/ou Arquitetos do Município de Pacaraima que sejam designados para tarefas tais (fiscal/gestor).

13.8 Toda e qualquer medição somente será tramitada normalmente se estiver acompanhada, sem exceção, pelos documentos abaixo relacionados:

a) Boletim de Medição;

b) Relatório fotográfico, em 02 (duas) vias coloridas, representativo das obras, devidamente identificadas por local e data de realização;
c) Planta iluminada;
d) Diário de Obras;
e) Memória de cálculo;

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 O CONTRATADO não poderá ceder ou subcontratar os serviços objeto deste Projeto Básico, sem prévia autorização da Fiscalização, por escrito, sendo permitida na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, até o limite de 25% do objeto contratado.

14.2 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

14.3 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

14.4 A autorização de subcontratação concedida pela Fiscalização não eximirá a empresa contratada da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Projeto Básico.

15. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por no mínimo 01 (um) servidor, doravante denominado FISCAL, designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Prefeitura, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do instrumento contratual, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

15.2 O Fiscal do Contrato que atestar a fatura, nota fiscal, ou documento com igual finalidade, declara neste ato que o serviço a que se refere foi satisfatoriamente prestado ou integralmente fornecido, fica ainda assegurado aos técnicos da Prefeitura Municipal de PACARAIMA o direito de a critério da administração, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora com livre acesso ao local das obras para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários a boa execução dos serviços;

15.3 A nomeação de Fiscal de Contrato, constitui obrigação inerente à atividade

Profissional, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais, bem como, o cumprimento de ordens superiores;

15.4 O acompanhamento, bem como a Fiscalização da execução da obra será realizada pela Prefeitura Municipal de Obras, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram;

15.5 Toda e qualquer alteração dos serviços, deverá ser solicitada, por escrito, e justificada previamente para ser formalmente autorizada pela fiscalização;

15.6 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.7 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua função;

15.8 Fica assegurado aos técnicos da Prefeitura o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços;

15.9 Notificar a Contratada tão logo surja o vício, defeito ou incorreção, para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração;

15.10 Todos os processos construtivos, serviços e materiais deverão atender às seguintes premissas: a) Estabilidade estrutural; b) Durabilidade e estanqueidade igual ou superior aos processos convencionais; c) Execução de regularização de base em condições perfeitas para a aplicação de materiais de acabamento; d) Utilização de materiais de 1ª qualidade e mão-de-obra especializada; e, e) Normas de Segurança;

15.11 O contrato poderá ser modificado, a qualquer tempo a critério exclusivo da CONTRATANTE, que de comum acordo com os autores do projeto fixará as implicações e acertos decorrentes, visando à continuidade dos serviços;

15.12 Toda e qualquer alteração dos serviços deverá ser solicitada formalmente e devidamente justificada para ser analisada, podendo posteriormente ser autorizada pela fiscalização;

15.13 Modificações no projeto ou colocação de materiais de fornecedores não especificados poderão ou não ser aceitas, mediante prévia consulta aos projetistas;

15.14 Fiscalizar para que os serviços prestados obedeçam, rigorosamente, aos preceitos dispostos na Norma Regulamentadora nº 4 - NR 4, que regula os

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO, para trabalhos desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados;

15.15 O presente Projeto objetiva fixar as condições gerais a que deverão ser obedecidas durante a execução das obras, bem como caracterizar as obrigações e direitos da empresa contratada a qual será confiada a execução da dita obra;

15.16 As relações mútuas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas por intermédio do Fiscal de Contrato da CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA;

15.17 A CONTRATADA se obriga a facilitar o acesso à fiscalização dos materiais, execução das obras e serviços contratados, facultando à Fiscalização o acesso às partes das obras contratadas;

15.18 À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a CONTRATADA e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da Ordem de Serviço correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra;

15.19 A CONTRATADA se obriga a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica;

15.20 A CONTRATADA deverá obedecer às Normas Técnicas em vigor que se aplicam ao serviço contratado, conforme o imposto pelo Código de Defesa do Consumidor, em caso de descumprimento submetendo-se às penalidades nele previstas;

15.21 A qualquer momento, mediante real necessidade levantada pela fiscalização e devidamente justificada, o CONTRATANTE poderá solicitar a mudança do Responsável Técnico da Obra, contanto que, atenda aos requisitos exigidos no Edital quanto ao item de responsabilidade técnica;

15.22 Aferir os serviços executados para devido atesto das medições MENSALMENTE conforme previsto no cronograma físico financeiro;

15.23 Assegurar que todas as Etapas previstas neste projeto para execução da obra estejam seguindo rigorosamente as normas técnicas vigentes e anexos do Projeto Básico, visando a garantia de uma boa execução dos serviços;

15.24 Assegurar que os equipamentos e mão de obra estão sendo utilizados, conforme previstos nas composições unitárias de preço deste projeto, visando o total atendimento as produções ali previstas para execução de cada serviço constante, para que a obra possa ser executada em total acordo com os critérios aqui estabelecidos;

15.25 Fiscalizar para que durante a execução dos serviços, seja prestada toda assistência técnica-administrativa, mantendo também no local dos serviços um profissional habilitado para responder pela empresa (preposto), bem como, todos

os equipamentos e materiais necessários a uma execução perfeita dos serviços, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos;

15.26 Cabe à fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais.

15.27 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

15.28 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais

15.29 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

15.30 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

15.31 Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

15.32 O fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

15.33 No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

15.34 solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

15.35 ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

15.36 à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

15.37 à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

15.38 aos depósitos do FGTS; e

15.39 ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados

dispensados até a data da extinção do contrato.

15.40 solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

15.41 oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

15.42 somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

15.43 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O contrato poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da Prefeitura Municipal de PACARAIMA.

16.2 Qualquer serviço que venha a ser necessário e que não esteja expressamente especificado neste Projeto Básico deverá ser encaminhado por escrito à fiscalização e à equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, para devidas providências.

16.3 Os casos omissos serão conhecidos e resolvidos pela Prefeitura Municipal de PACARAIMA, à luz da Lei 14.133/2021.

Pacaraima-RR, 22 setembro de 2026.

LARYSSA SOARES MORENO
Engenheira Civil
CREA 0922994366 RR